



ASSOCIAÇÃO PESCADORAS E PESCADORES DE REMANSO (APPR)

Autor: Cláudio Gustavo Lasa
Outubro de 2020
Remanso/BA

A Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR) se originou a partir de um grupo de mulheres pescadoras que decidiu se desmembrar da colônia de pescadores do Município de Remanso/BA, com o objetivo de obter mais autonomia nos trabalhos de produção, beneficiamento e comercialização do pescado. O processo de criação da associação teve avanços e retrocessos em função de algumas portarias e dispositivos administrativos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) quanto à formatação jurídica das organizações que poderiam se candidatar a participar, na época, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A iniciativa começou por volta de 2009 e, para que fosse oficializada, as pescadoras enfrentaram entraves burocráticos de criação, registro, elaboração de Atas etc. O grupo começou se juntando, se conhecendo e se amparando nas reuniões, até que perceberam a falta de experiência e de conhecimentos técnicos para fundar a associação. As mulheres recorreram a pessoas (homens) da própria colônia e da prefeitura para que as ajudassem nesses assuntos, supostamente, próprios do domínio masculino.

Então surgiu o primeiro enfrentamento e sentiram a violência institucional: os homens se apropriaram das listas, das Atas e dos registros legais que instituíam a APPR. Para dar continuidade ao processo de criação da associação “a gente teve que ir atrás deles e tomar a Ata à força deles... e a gente jogou duro para tomar essa Ata deles”.¹

A partir desse episódio, perceberam a necessidade de construir outras alianças e parcerias. Assim, na elaboração do estatuto, contaram com a contribuição da Comissão Pastoral da Pesca (CPP), da Rede de Mulheres e de outras mulheres agricultoras do Município de Remanso e do território. No dia em que se reuniram para elaborar o Estatuto da APPR no domicílio de Maria Lucia Freitas, uma das companheiras, “choveu muito em Remanso... não foi chuva pouca não, foi muita chuva que fechou o céu e nem dentro de casa as telhas foi capaz de suportar a chuva... então a gente entendeu que aquele momento era um momento de glória porque Deus estava lavando, sabe... e estava dando essa benção prá nós e que essa entidade daria certo”.

¹ Os textos entre aspas correspondem a falas de Lucília Freitas Nascimento Santos, atual presidenta da APPR. Por desejo expresso dela, foram incorporados no texto os nomes de outras companheiras da APPR que participaram da sua criação: Irani da Silva dos Santos, Maria Lucia Freitas e Eliete Cunha Damião.

Até esse momento, a APPR não tinha o espaço físico nem equipamentos para fazer o beneficiamento de pescado. Nesse tempo de “espera para algo acontecer”, o governador da Bahia Jaques Wagner foi a Remanso e, publicamente, entregou a concessão de uso do terminal pesqueiro, que se encontrava abandonado, à associação. Nesse espaço cedido pelo governo do estado e equipado com o esforço das mulheres pescadoras, e com a parceria do Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) na elaboração de projetos, “a história começou”.

A partir desses fatos e do apoio obtido, a APPR avançou na busca de conhecimento e qualificação em processos de beneficiamento, de acesso a políticas públicas e em direitos. Esse grupo, impulsionado por mulheres que, no início, enfrentaram tantas dificuldades para se firmar como associação, passou a se empoderar e se emancipar: buscou dialogar com instituições financeiras sobre linhas de crédito e abertura de contas, representando a categoria para o acesso às Carteiras de Pesca, cartão cidadão dos pescadores, e conquistou o direito ao seguro defeso.

A equipe tem declaração de aptidão (DAP) jurídica e Selo de Inspeção Sanitário Municipal (SIM), conseguido pela mobilização de grupos da agricultura familiar e da pesca artesanal. A atual presidente da APPR e a pescadora Eliete Cunha Damião buscaram informações de como aceder ao selo, exigência da CONAB para dar continuidade ao PAA. Juntas, pressionaram a Secretaria de Agricultura e Pesca do município e chamaram outros grupos de agricultoras para se unirem à demanda. O SIM foi criado e aprovado em uma sessão única na Câmara de Vereadores. Ademais, está sendo atualizado pelo Consórcio Territorial do Sertão do São Francisco para tenha abrangência territorial, pois o atual só permite a comercialização dentro do município de Remanso.

A APPR faz parte de diversos conselhos municipais e estaduais, por exemplo: conselhos da assistência social, de saúde, da alimentação escolar e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Também, é filiada a movimentos estaduais de luta pela pesca artesanal.

Além de produzir filé de peixe, peixe em conserva (sardinha caseira) e hambúrguer de peixe, que fazem parte do cardápio da alimentação escolar dos alunos da rede pública municipal, a associação também comercializa seus produtos em feiras da agricultura familiar e em datas comemorativas dentro e fora do território. Apesar de ainda não possuir unidade de processamento do pescado própria, utiliza o terminal pesqueiro como local para o beneficiamento do pescado, autorizado por um termo de concessão de uso em parceria com o governo do Estado da Bahia (Bahia Pesca).

A inserção desses alimentos nas escolas foi facilitada pelo Programa Nacional de Alimento Escolar (PNAE) de 2020 da APPR – elaborado e aprovado com a assessoria do SASOP –. Com o apoio da prefeitura de Remanso, envolve o total de 25 famílias, e o valor da proposta atinge mais de R\$ 190,000,00. Entre 2018 e 2019, foram investidos R\$ 110,000,00 em 5.000,00 kg de filé de peixe a R\$ 22,00 cada quilo e R\$ 85.000,00 em 5.000,00 kg de sardinha caseira a R\$ 17,00 cada quilo. A associação também executou vendas pelo PAA na modalidade compra com doação simultânea, no período de maior volume de vendas, o que proporcionou geração de renda e melhorias na alimentação de centenas de famílias carentes que recebiam o pescado adquirido pela CONAB. Todavia, o programa não está em execução no momento por conta da pandemia. A prefeitura está entregando kits (cestas básicas com feijão, arroz, massa de

milho, leite, biscoitos) às famílias dos alunos. Os produtos da agricultura familiar e do grupo de pesca não estão sendo comprados, e os recursos estão sendo “guardados” para o retorno das aulas presenciais.



